votos da Exm^a. Sr^a. Conselheira Relatora, com fundamento no art. 25, inc. III da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar os Atos, relativos às pensões civis acima discriminadas.

ACÓRDÃO Nº. 44.158

Assunto: Prestações de Contas
Processo nº. 2003/53732-3 – CAETÉ PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA. referente ao Convênio nº. 52/2003 - FCPTN, no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), de responsabilidade do Sr. LUCIANO FRANCISCO MESQUITA DE SOUSA, Presidente.
Processo nº. 2006/53246-1 – PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA, referente ao Convênio nº. 043/2006 ASIPAG, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), de responsabilidade da Sra. ODILEIDA MARIA DE SOUZA SAMPAIO - Prefeita.
Relatora: Conselheira Maria de Lurdes Lima de Oliveira.
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos da Exm^a Sra. Conselheira Relatora, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas e dar quitação aos responsáveis nos processos acima relacionados.

ACÓRDÃO Nº. 44.159

Processo nº. 2007/50099-2
Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº.208/2006, firmado entre a LOJA MAÇÔNICA CONCILIAÇÃO BRAGANTINA e a ASIPAG.
Responsável: Sr. ANTONIO NUNES DE BASTOS – Presidente.
Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA.
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e dar quitação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº. 44.160

Processo: 2004/50085-0
Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 035/2003, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DE MOZ e a SESPA.
Responsável: Sr. GERSON SALVIANO CAMPOS – Prefeito à época.
Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA.
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Exm^a Sra. Conselheira Relatora, com fundamento nos arts. 38, inciso I, e 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 68.808,00 (sessenta e oito mil, oitocentos e oito reais), e aplicar ao Sr. GERSON SALVIANO CAMPOS, Prefeito à época, CPF: 038.752.702-82, a multa de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela instauração da Tomada de Contas, a ser recolhida no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b", e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 44.161

Processo nº. 2003/51496-2
Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 08/2002 e termo aditivo firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ e a SETRAN.
Responsável: Sr. CELSO LOPES CARDOSO, Prefeito à época.
Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA.
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a, b" c/c os arts. 41 e 74, inciso II, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. CELSO LOPES CARDOSO, Prefeito à época, C.P.F. nº. 299.814.331-87, ao pagamento da importância de R\$-17.058,53 (dezessete mil, cinqüenta e oito reais e cinqüenta e três centavos), atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento e aplicar a multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela infração à norma legal, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 44.162

Processo nº. 2005/51111-6
Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 106/2004, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO e a SESPA.
Responsável: Sr. MÁRIO APARECIDO MOREIRA - Prefeito à época.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA.

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a,b,c" c/c os arts. 41 e 74, Incisos II, III e VIII, da Lei Complementar nº12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. MÁRIO APARECIDO MOREIRA – Prefeito à época, C.P.F. nº. 246.801.921-00, ao pagamento da importância de R\$ 51.396,45 (cinqüenta e um mil, trezentos e noventa e seis reais e quarenta e cinco centavos), atualizada a partir 16/12/2004 e aplicar as multas de R\$ 1.000,00 (mil reais), pela infração à norma legal e R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela intempestividade na apresentação da Prestação de Contas, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrentes do débito e das multas, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 44.163

Processo nº. 2005/52023-0
Prestação: Prestação de contas relativa ao Convênio nº. 581/2004 e termo aditivo firmados entre a FEDERAÇÃO DE FUTEBOL DE SALÃO DO PARÁ e a SEDUC.
Responsável: Sr. ASTROGILDO NUNES PIEDADE – Presidente à época.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA.
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I, c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas, no valor de R\$105.954,00 (cento e cinco mil novecentos e cinqüenta e quatro reais), e aplicar ao Sr. ASTROGILDO NUNES PIEDADE, Presidente à época, CPF nº. 002.889.502-91, a multa de R\$500,00 (quinhentos reais), pela intempestividade na apresentação das contas, a ser recolhida no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, se não recolhida no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 44.164

Processo nº. 2005/53805-4
Assunto: Prestação de Contas referente ao Convênio nº. 005/2004, firmado entre a ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EDUCATIVA DE IRITUIA e a ASIPAG.
Responsável: Sra. MARIA DO SOCORRO DE MOURA MELO – Presidente.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA.
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos art. 38, inciso III, "a","b", "c", c/c o art. 74, inciso VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas e condenar a Sra. MARIA DO SOCORRO DE MOURA MELO, Presidente, CPF: 364.591.512-53, ao pagamento da importância de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), atualizada a partir de 10.05.2004, e aplicar a multa de R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), pela intempestividade na apresentação das contas, a ser recolhida no prazo de trinta (30) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b", e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 44.165

Processo nº. 2006/50878-4
Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 148/2005 firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE TUCUMÃ e a SAGRI.
Responsável: Sr. ALAN DE SOUZA AZEVEDO, Prefeito.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA.
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a, b" c/c o art. 74, inciso II, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas, e condenar o Sr. ALAN DE SOUZA AZEVEDO, Prefeito, C.P.F. nº. 223.713.891-53, ao recolhimento da importância de R\$-638,21 (seiscentos e trinta e oito reais e vinte e um centavos), atualizada a partir de 19/12/2005 e aplicar a multa de R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela infração à norma legal, a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação

desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e da multa, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 44.166

Processo nº. 2006/51377-3
Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 187/05, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ARAGUAIA e a SEDUC.

Responsável: Sr. MARISVALDO PEREIRA CAMPOS – Prefeito.
Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Exm^a Sra. Conselheira Relatora, com fundamento nos arts. 38, inciso II e 74, incisos II e VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares com ressalva as contas na importância de R\$ 63.154,08(sessenta e três mil reais, cento e cinqüenta e quatro reais e oito centavos), e aplicar ao Sr. MARISVALDO PEREIRA CAMPOS – Prefeito (C.P.F. nº. 561.627.822-04), as multas de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), pela infração à norma legal e multa no valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais), pela intempestividade na apresentação da Prestação de Contas, a ser recolhida no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116 § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46, c/c o art. 50 da Lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 44.167

Processo: 2004/52768-6
Assunto: Tomada de Contas relativa ao Convênio nº. 201/2003 e termo aditivo firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMOEIRO DO AJURU e a SESPA.
Responsável: Sr. ALCIDES ABREU BARRA - Prefeito.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA.
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso III, Alíneas "a" e "b" c/c o art. 74, incisos II e VIII, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro, julgar irregulares as contas no valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), sem devolução de valores e aplicar ao Sr. ALCIDES ABREU BARRA, Prefeito, CPF nº. 050.643.762-00, as multas de R\$500,00 (quinhentos reais), pela instauração da tomada de contas e, R\$500,00 (quinhentos reais), pela infração à norma legal a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.
Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente das multas, se não recolhidas no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 44.168

Processo: 2006/52099-4
Assunto: Tomada de Contas referente ao convênio nº. 268/2004 e termo aditivo firmados entre a ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PRODUTORES RURAIS DA PRIMAVERA-ALENQUER e a SAGRI.
Responsável: Sr.JOSÉ ERIVALDO DA SILVA CORRÊA – Presidente.

Relator: Conselheiro Substituto EDILSON OLIVEIRA E SILVA.
Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm^o Sr. Conselheiro Relator com fundamento no art. 38, inciso III, alíneas "a", "b", "c", c/c os arts. 41 73 e 74 incisos VIII, da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, julgar irregulares as contas e condenar o Sr. JOSÉ ERIVALDO DA SILVA CORRÊA, Presidente, ao pagamento da importância de R\$6.000,00 (seis mil reais), devidamente atualizada a partir de 28.06.2005 e aplicar as multas de R\$600,00 (seiscentos reais), pelo dano causado ao erário e R\$600,00 (seiscentos reais), pela instauração da tomada de contas a serem recolhidas no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui-se título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente do débito e das multas, se não recolhidos no prazo legal, conforme estabelece o art. 116, § 3º da Constituição Estadual e arts. 45, inciso III, "b" e 46 c/c o art. 50 da lei Complementar nº. 12/93.

ACÓRDÃO Nº. 44.169

Processo: 2005/52495-6
Assunto: Tomada de Contas referente ao Convênio nº. 105/2004, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO TOCANTINS e a SESPA.